



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 25/11/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado registrou a presença de três Vereadores de Santa Leopoldina (ES) no Congresso Nacional, ressaltando que eles representavam a gestão do Prefeito Fernando Rocha e do Presidente da Câmara Darley Espíndula. Destacou que a comitiva simbolizava o atual momento de desenvolvimento do município, marcado por produção agrícola relevante, como gengibre e banana, e pela força do agronegócio local. Ao celebrar o trabalho realizado na cidade, afirmou que Santa Leopoldina (ES) merece reconhecimento nacional e prestou homenagem aos representantes municipais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro representou uma ação sem base jurídica consistente e relacionou o episódio a uma tentativa do Governo de desviar a atenção de escândalos recentes. Citou casos envolvendo o INSS, o Banco Master, o Ministério da Educação e a gestão dos Correios, além de críticas ao desempenho econômico e ao custo de vida. Mencionou ainda a saída de empresas do País e apontou perda de representatividade política. Encerrou com críticas à condução do Congresso e à ausência de líderes que refletissem a distribuição populacional do País.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado registrou a presença de Daiane Mello, Parlamentar do PL e mulher mais votada em Caxias do Sul (RS) na eleição recente. Destacou que ela já havia ficado de fora do pleito anterior por pequena diferença de votos e que seu desempenho atual refletiu trajetória de superação e ampla representatividade no Município. Afirmou que Daiane Mello simbolizava perseverança e servia como referência para quem buscava ingressar na vida pública. Expressou ainda a expectativa de que ela ocupasse futuramente uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado chamou atenção para riscos enfrentados por operadores de segurança pública e trabalhadores civis envolvidos na remoção de barricadas no Rio de Janeiro (RJ). Afirmou que retroescavadeiras e caminhões não eram blindados e que operadores atuavam em áreas conflagradas sem treinamento, sem equipamentos adequados e, em alguns casos, sem descanso. Também criticou a exposição de imagens de policiais e civis em redes sociais durante operações. Cobrou do Governador melhores condições de trabalho, assistência, recomposição salarial e responsabilidade na condução das ações de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou que o Governador Renato Casagrande e o Vice-Governador Ricardo Ferraço estiveram em Divino de São Lourenço (ES) para autorizar a pavimentação da Rodovia ES-493, no trecho que liga o Município a Patrimônio da Penha. Ressaltou que a região, reconhecida pela produção de café e pelo potencial turístico, seria beneficiada pela obra. Destacou ainda o papel do ex-Prefeito Eleardo, apontado como liderança que atuou para viabilizar o projeto, e mencionou a presença do atual Prefeito Dudu Queiróz no evento. Parabenizou o Governo estadual e afirmou que a iniciativa atenderia diretamente a comunidade local.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado afirmou que a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro gerou tristeza no País e declarou que não havia, na sua avaliação, justificativa jurídica clara para a detenção. Disse que a lei determinava condições distintas de custódia e mencionou sofrimento da família do ex-Presidente. Reiterou sua posição política, declarou-se bolsonarista e afirmou que sua atuação no Congresso estava vinculada a essa aliança. Também ressaltou que a Oposição e o PL permaneceriam mobilizados em defesa de Bolsonaro e mencionou 2026 como marco de expectativa eleitoral.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada registrou que Erechim, no Rio Grande do Sul, decretou estado de emergência após uma intensa chuva de granizo que deixou grande parte da cidade danificada. Destacou que a população local precisaria de apoio e afirmou disposição para colaborar com o Município e a Prefeitura. Também chamou atenção para a necessidade de ampliar o debate sobre mudanças climáticas, apontando que eventos extremos já afetavam diversas regiões do Estado, que enfrentaram seca, enchentes e novos prejuízos causados pelo granizo. Reforçou que esses impactos exigiam respostas mais consistentes das autoridades.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado cobrou do Governador de São Paulo o cumprimento da promessa de reajuste salarial para policiais, lembrando que o mandato se aproximava do terceiro ano sem que o compromisso fosse atendido. Afirmou que parte dos índices divulgados pelo Governo correspondia a aumentos concedidos pela gestão anterior e destacou que policiais continuavam enfrentando baixos salários, estrutura precária, equipamentos insuficientes e unidades deterioradas. Declarou que sua atuação não dependeria de alinhamento político e reiterou que policiais civis, militares e penais compunham o público que representava. Afirmou que continuaria cobrando melhorias e pediu ampla divulgação de sua manifestação.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes no episódio da prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Afirmou que Moraes viveu um estado de paranoia ao supor que Bolsonaro tentaria retirar a tornozeleira eletrônica, pular um muro e alcançar uma vigília organizada pelo Senador Flávio Bolsonaro, localizada a mais de 800 metros do local. Declarou que a Polícia Federal estava



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

presente e que a suposição não se sustentava. Afirmou que o juiz buscou prender Bolsonaro a qualquer custo e que essa postura revelava um comportamento preocupante.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou que o Senado pautou o Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal. Ressaltou o trabalho da Conacs e o empenho de Senadores na tramitação da proposta, já analisada por duas comissões. Lembrou que a regulamentação acumulava três anos de atraso e apontou desigualdade entre Municípios que concediam aposentadoria integral e aqueles vinculados ao INSS, que limitavam o benefício ao salário mínimo. Defendeu a aprovação da matéria também na Câmara e afirmou que a medida corrigiria distorções no Sistema Único de Saúde.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que a reforma administrativa representa uma fraude e denunciou a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público. Contestou o argumento de que a proposta enfrentaria privilégios. Alertou que a medida fragilizava áreas essenciais, como saúde e educação, ao ampliar contratações temporárias e reduzir garantias para servidores. Ressaltou que restavam quatro semanas no ano legislativo e defendeu mobilização contínua contra a iniciativa, apontada por ele como prejudicial à qualidade dos serviços oferecidos à população.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado expressou preocupação com a condução da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público e afirmou que o acordo inicial previa discussão aprofundada na Comissão Especial. Alertou que a proposta não dialoga com outros Poderes e que a supressão de iniciativas exclusivas poderia gerar inconstitucionalidades, criando um passivo para a sociedade. Avaliou que a expectativa pública poderia ser frustrada se a reforma administrativa avançar sem respeitar limites institucionais e a necessidade de contribuições dos demais Poderes.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que a história republicana brasileira registrou recorrentes intervenções militares e lembrou que a própria Proclamação da República ocorreu por ação das Forças Armadas, sem participação popular. Avaliou que o dia era histórico pela prisão de generais e de autoridades de alta hierarquia após processo legal, incluindo o ex-Presidente Jair Bolsonaro, o que classificou como avanço



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

institucional. Defendeu que as investigações também alcançassem fraudes financeiras, citando o caso do Banco Master e possíveis conexões políticas. Mencionou ainda a prisão de um Vereador em São João de Meriti (RJ) por vínculo com organização criminosa. Ao final, reiterou apoio ao trabalho da Justiça e das forças policiais no enfrentamento ao crime organizado e a práticas golpistas.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado chamou atenção para a necessidade de votação do Projeto de Lei nº 212, de 2024, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para incluir a tipificação do homicídio qualificado contra o advogado e estabelecer causa especial de aumento de pena quando a lesão for praticada contra o advogado no exercício da função ou em decorrência dela. Mencionou um caso recente em Minas Gerais, no qual um advogado foi assassinado por um cliente, e lembrou que o requerimento para inclusão da matéria na pauta já havia sido aprovado em 12 de novembro de 2024. Pediu ao Presidente Hugo Motta que levasse o texto ao plenário, destacando que o projeto já havia passado por todas as Comissões da Câmara e estava pronto para análise final antes de seguir ao Senado.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado afirmou que a gestão do Governador Ibaneis acumulava escândalos e destacou a operação que levou à prisão de Daniel Vorcaro, ligada à compra de R\$ 12,2 bilhões em títulos falsos pelo BRB. Mencionou que o Governador atuou como defensor da operação e criticou a falta de prioridade em áreas como saúde. Citou ainda outra transação, de R\$ 303 milhões, envolvendo uma empresa sem estrutura, apontando indícios de fraude e confiança na impunidade. Defendeu a instalação da CPI do Banco Master, agradeceu as 61 assinaturas já registradas e pediu apoio dos demais Parlamentares para investigar o que classificou como um dos maiores escândalos financeiros do País, mencionando também apurações do Tribunal de Contas sobre gastos de publicidade do BRB.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada registrou a presença da Vereadora Amanda Paschoal na Câmara dos Deputados durante as atividades dos 10 anos da Marcha de Mulheres Negras no Distrito Federal. Destacou que a Vereadora, atuante na Câmara Municipal de São Paulo, deu continuidade a um projeto político voltado à diversidade, à defesa dos direitos das mulheres, das populações LGBTQIA+ e ao enfrentamento do racismo, do machismo e da violência estrutural. Afirmou que a visita simbolizou a importância da participação das mulheres negras na vida pública e ressaltou a mobilização que ocupou a Esplanada dos Ministérios em defesa de uma sociedade comprometida com igualdade e justiça.

Mersinho Lucena (PP - PB) - O Deputado alertou para a situação crítica do Açude Engenheiro Ávidos, no Alto Sertão da Paraíba, cuja reserva hídrica operou abaixo de 23% durante meses de seca extrema. Afirmou que o baixo volume colocou em risco mais de 100 mil moradores de Cajazeiras (PB) e São José de Piranhas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

(PB), afetando abastecimento, pesca, agricultura e pecuária. Destacou que o reservatório, ampliado com investimentos federais recentes, enfrentou risco de atingir o volume morto, com perdas ambientais e impacto direto sobre famílias ribeirinhas. Cobrou do Governo Federal, do MDR e da ANA medidas imediatas, incluindo o acionamento do Eixo Norte do Pisf, para recompor o nível do açude e garantir segurança hídrica à região.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado expressou indignação diante da prisão do General Heleno, destacando que o militar, com mais de quatro décadas de serviço, ocupou o mais alto posto do Exército e teve trajetória marcada por desempenho destacado em cursos e funções. Afirmou que a prisão também alcançou outras lideranças militares, incluindo o ex-Presidente Jair Bolsonaro, e cobrou posicionamento do Comandante do Exército sobre o caso. Informou que o episódio gerou preocupação entre integrantes das Forças Armadas e simbolizou um momento considerado de injustiça.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada destacou os 10 anos da Marcha das Mulheres Negras e a nova mobilização que reuniu mulheres de todas as regiões, com foco em reparação econômica e social para a população negra. Lembrou que cerca de 60 milhões de mulheres negras enfrentavam moradia precária e altos índices de pobreza, o que reforçava a necessidade de políticas de inclusão. Mencionou experiências da Bahia, como a atuação da Uneb na adoção de cotas. Afirmou que o clamor por justiça ecoou internacionalmente e citou avanços simbólicos relacionados à memória da ditadura. Defendeu a presença constante das mulheres negras em Brasília (DF) e a ampliação da luta contra o racismo, pela justiça e pela democracia.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado registrou a determinação judicial que impôs pena a Jair Bolsonaro e gerais e elogiou o trabalho da Polícia Federal. Destacou operações como a Carbono Oculto, que investigou esquemas de lavagem ligados ao crime organizado e atingiu setores considerados influentes, incluindo o Banco Master. Afirmou que os resultados ocorreram porque a corporação atuou com autonomia durante o Governo Lula. Associou a radicalização da Extrema Direita aos avanços das investigações e citou iniciativas legislativas que buscaram limitar a atuação da Polícia Federal. Também mencionou Parlamentares foragidos e criticou tentativas de anistiar envolvidos em ataques à democracia. Encerrou defendendo a continuidade do enfrentamento ao crime.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada celebrou os 10 anos da Marcha das Mulheres Negras, destacando a força, a coragem e a resistência das mulheres negras que ocuparam a Esplanada dos Ministérios e que há séculos lutam por um Brasil sem racismo, misoginia e violência. Homenageou referências históricas como Benedita da Silva, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Tereza de Benguela, Xica Manicongo e Marielle Franco — esta última lembrada como símbolo da brutalidade ainda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

dirigida contra mulheres negras no País. Afirmou que a marcha é um ato coletivo para superar as heranças da escravidão, denunciar a violência que atinge territórios negros e reivindicar reparação, moradia, educação, trabalho e dignidade. Por fim, citando Conceição Evaristo — “eles juraram nos matar, nós prometemos não morrer” —, ressaltou que as mulheres negras seguem vivas, organizadas e presentes na política, ainda que em número reduzido, abrindo caminhos para gerações futuras viverem em uma sociedade mais justa, igualitária e livre de racismo e sexismo.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Cuiabá (MT), Abilio Brunini, a quem chamou de um dos maiores gestores municipais do Mato Grosso. Destacou que Brunini assumiu a capital com forte déficit orçamentário e dívidas elevadas, mas tem atuado com criatividade e dedicação para recuperar a cidade. Afirmou que o Prefeito e o Secretário Fernando estão em Brasília (DF) em busca de recursos e melhorias para Cuiabá, visitando gabinetes na Câmara e no Senado. Por fim, exaltou o legado parlamentar de Abilio, e disse que ele faz falta nos debates da Casa.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada celebrou os 10 anos da Marcha das Mulheres Negras, que tomou a Esplanada, em Brasília (DF), como símbolo de luta por reparação, dignidade e justiça para as mulheres negras. Destacou a relevância de ocupar espaços de poder e saudou o relatório apresentado pelo Deputado Orlando Silva à Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2024, que altera a Constituição Federal para acrescentar o Capítulo IX - Da Promoção Da Igualdade Racial, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR) com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos brasileiros pretos e pardos; reforçando que políticas públicas só existem com orçamento. Por fim, registrou eventos importantes no Rio Grande do Sul, como o Festival Tem Preta no Sul, dedicado à cultura, educação e arte negra, e a celebração dos 50 anos do grupo Afro-Sul Odomodê, exaltando a memória de Dona Iara e a produção negra na Região Sul.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado afirmou que o escândalo envolvendo a compra de R\$ 12,2 bilhões em títulos considerados “podres” do Banco Master pelo Governo do Distrito Federal supera até a Lava Jato em gravidade, e acusou o Governador Ibaneis Rocha de temer uma possível prisão pela Polícia Federal (PF). Insinuou que autoridades de alto escalão — como Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), políticos e dirigentes partidários — estariam ligadas ao caso, sugerindo que tais vínculos poderiam impedir o avanço das investigações. Além disso, questionou publicamente quantas vezes o Ministro Alexandre de Moraes teria utilizado o jatinho do empresário Daniel Vorcaro, apontado como peça central do esquema. Por fim, defendeu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o episódio e identificar os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

responsáveis pelo que classificou como um “roubo descarado” envolvendo Banco Master e Banco de Brasília (BRB).

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado afirmou que as condenações relacionadas à tentativa de golpe, incluindo a do ex-Presidente Bolsonaro e de ex-Ministros como Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, demonstram a solidez e o bom funcionamento do Poder Judiciário brasileiro na defesa do Estado Democrático de Direito. Em seguida, criticou Parlamentares que fugiram do país e mencionou o caso de um político que violou a tornozeleira eletrônica, ironizando as justificativas apresentadas. Além disso, ressaltou que os envolvidos na trama golpista “pagarão caro” por tentar atacar a democracia. Por fim, comparou o episódio ao ataque ao Capitólio nos Estados Unidos e declarou satisfação por ver a Justiça atuando sem distinção, reforçando que a democracia brasileira segue de pé e fortalecida.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado classificou como “vergonhosa” a prisão do ex-Presidente Bolsonaro, afirmando que ela é ilegal, inconstitucional e motivada por perseguição política. Disse que a Suprema Corte estaria “rasgando a Constituição” e impondo um “estado de exceção” ao país ao atuar de forma autoritária e alinhada ao Presidente Lula, a quem chamou de corrupto. Por fim, declarou que Bolsonaro se tornou um preso político sem direito a julgamento justo, resultado de uma suposta trama para tirá-lo das eleições, e concluiu dizendo que, em sua visão, quem deveria estar preso é Lula.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que o país vive um momento de reafirmação do princípio de que “ninguém está acima da lei”, destacando a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, que determinou o início do cumprimento de pena de diversos militares e ex-integrantes do Governo, incluindo o ex-Presidente Jair Bolsonaro, após um processo que respeitou o amplo direito de defesa e seguiu o rito legal, ao contrário do que ocorreu com Lula no passado. Por fim, ressaltou que as prisões marcam o início de uma nova fase na democracia brasileira, demonstram que tentativas de golpe serão punidas e devem servir de alerta para que ninguém volte a atentar contra o Estado Democrático de Direito.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado defendeu o Substitutivo do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, o chamado PL Antifacção, afirmando que a acusação de que o projeto esvazia a Polícia Federal (PF) é falsa e parte de uma narrativa repetida pela esquerda para confundir a população. Além disso, destacou que, em 2024, o orçamento da PF aprovado pelo Congresso foi de R\$ 9,8 bilhões, e que eventuais cortes seriam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

responsabilidade do Governo Federal, não do texto votado. Por fim, também rebateu a alegação de que os leilões de bens apreendidos pela PF arrecadam pouco, lembrando que, em 2022, eles geraram cerca de R\$ 300 milhões.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado afirmou que a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro é injusta e será vista no futuro como um exemplo de justiça politizada e parcial no Brasil, descrevendo o processo como “kafkiano” e “inquisitório”. Também disse considerar absurdo que Bolsonaro tenha começado a cumprir pena de 27 anos e 3 meses, embora reconheça que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, teria demonstrado “uma faísca de justiça” ao não enviá-lo para o presídio da Papuda. Por fim, declarou que a anistia virá “com muita força”.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou a realização da Marcha das Mulheres Negras, em Brasília (DF), que reuniu um público quatro vezes maior que o de 2015, exaltando a força, a fé e a luta dessas mulheres por direitos básicos como igualdade salarial, moradia, educação e liberdade. Além disso, ressaltou que a marcha defende o bem-viver, a democracia e a participação efetiva das mulheres negras na vida política e social do País. Por fim, relatou a Sessão Solene realizada pela manhã, marcada pela presença de mães que perderam seus filhos vítimas da violência, lembrando que essa dor reforça a trajetória histórica de resistência das mulheres negras e sua determinação por justiça e liberdade plena.

Dandara (PT - MG) - A Deputada celebrou a histórica Marcha das Mulheres Negras em Brasília (DF), destacando a força ancestral, a luta por reparação e bem viver, e a centralidade das mulheres negras na construção de um novo Brasil. Reverenciou referências como Lélia Gonzalez e Marielle Franco, enalteceu a liderança de Benedita da Silva e defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2024, que altera a Constituição Federal para acrescentar o Capítulo IX - Da Promoção Da Igualdade Racial, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR) com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos brasileiros pretos e pardos. Além disso, ressaltou pautas como demarcação de territórios quilombolas, justiça tributária, equidade, acesso universal à água, energia, educação e salário igual. Também criticou a lógica capitalista que explora corpos negros, reforçando o bem viver como alternativa. Em seguida, relatou avanços conquistados na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), como a inclusão de direitos indígenas e afrodescendentes no texto final, Plano de Ação de Gênero de Belém, fortalecimento do fundo florestal e mecanismos de transição energética justa — celebrando o protagonismo global do Brasil. Fez ainda um registro especial da presença da Deputada Eva, única mulher negra no Parlamento português, que acompanhou a marcha e as atividades no Congresso. Por fim, afirmou sua satisfação com a prisão de Jair



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Bolsonaro, destacando que ele inicia o cumprimento de pena por articulação golpista e que ainda deve responder por sua negligência na pandemia, cuja condução resultou em centenas de milhares de mortes evitáveis.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado lamentou a morte de Rodrigo Vasconcelos Nascimento, quinto policial falecido após a Operação Contenção no Rio de Janeiro (RJ), prestando-lhe tributo como herói nacional. Parabenizou também a Operação Barricada Zero, conduzida pelo Governador Cláudio Castro, destacando que o Estado vive um clima de apatia e depressão diante do avanço do crime organizado. Por fim, defendeu ser urgente recuperar a confiança da população e devolver ao Rio de Janeiro a condição de “capital da paz”, livre de barreiras físicas e da violência que limita a vida dos cidadãos.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado afirmou que 25 de novembro de 2025 entra para a história como o dia em que Jair Bolsonaro começa a cumprir sua pena de 27 anos de prisão, lembrando declarações do ex-Presidente durante a pandemia, sua exaltação à ditadura e ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, além da tentativa de golpe de 8 de janeiro. Mencionou ainda apoiadores que fugiram do país ou foram condenados, destacando que não haverá anistia e que a democracia prevalece. Em seguida, fez um paralelo simbólico entre a prisão de Bolsonaro e os 50 anos do assassinato de Vladimir Herzog, ressaltando que, enquanto o jornalista permanece como símbolo vivo da luta democrática, Bolsonaro passa a cumprir pena. Por fim, afirmou que justiça, ainda que tardia, foi feita.

Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado declarou que “a anistia chegou”, usando uma fala em tom de poesia para defender que o país faça justiça a seu ver “ampla” diante do que considera injustiças cometidas após o 8 de Janeiro. Citou símbolos usados pela base bolsonarista — como “o batom na estátua”, “a criança sem mãe”, “o vendedor de algodão” e “a idosa com a Bíblia na mão” — para afirmar que ninguém silencia quem, segundo ele, sente a dor desses envolvidos. Ao final, pediu ao Presidente da Câmara que coloque a anistia em votação, argumentando que seria uma forma de “redenção”.

Vermelho (PP - PR) - O Deputado registrou a presença de Vereadores de Francisco Beltrão (PR), Foz do Iguaçu (PR) e Missal (PR), cidades do sudoeste e oeste do Paraná que afirma representar com orgulho na Câmara. Destacou que os Parlamentares municipais estão em Brasília (DF) participando de um congresso de formação e aproveitaram para conhecer o funcionamento do Plenário da Casa. Finalizou saudando a comitiva e agradecendo ao Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado afirmou que a condenação de Jair Bolsonaro representa, para ele e para seus aliados, uma das maiores injustiças da história recente, criticando o Supremo Tribunal Federal (STF) e descrevendo o ex-Presidente como um líder íntegro, popular e perseguido politicamente. Exaltou Bolsonaro como “o melhor Presidente que o Brasil já teve”, destacou os 58 milhões de votos recebidos em 2022 e disse que o processo que levou à pena de 27 anos foi motivado por vingança. Argumentou que a esquerda teria usado “narrativas” para atacar Bolsonaro, defendeu a aprovação urgente de uma anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro e sugeriu que um futuro Governo de direita, em 2027, reverteria decisões e concederia anistia “plena, total e irrestrita”.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado relatou ter sido impedido, junto com outros Parlamentares, de participar da COP 11 sobre tabaco em Genebra, apesar de estarem em missão oficial representando a Câmara. Disse que a restrição ocorreu por recomendação da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (Conicq), órgão do Governo Federal, o que considerou um desrespeito institucional. Afirmou ainda que, ao chegarem à missão diplomática brasileira na Suíça, não puderam sequer acessar as dependências da embaixada, permanecendo no *hall* do elevador. Por fim, reforçou sua indignação e protesto pelo tratamento recebido.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado denunciou o colapso do Banco Master como um escândalo de grandes proporções, que coloca em risco a credibilidade do sistema financeiro e expõe fragilidades regulatórias graves. Questionou a ausência de atuação do Banco Central diante de operações suspeitas entre o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB), que somaram R\$ 16,7 bilhões entre 2024 e 2025, e criticou a falta de fiscalização sobre uma *fintech* ligada ao crime organizado, responsável por um rombo de R\$ 52 bilhões. Apontou ainda inconsistências envolvendo empresas de fachada, incluindo uma com sócia que seria garçoneiro, e afirmou que o país não pode aceitar que trabalhadores paguem o preço enquanto “ricos e poderosos” lucram com fraudes. Por fim, disse que o caso é um escândalo de Estado e exige apuração rigorosa, reformas estruturais e responsabilização de todos os envolvidos, cobrando do Parlamento uma resposta firme para proteger o patrimônio público e a confiança dos cidadãos.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado celebrou os 10 anos do campus da Universidade Federal do Alto Sertão Sergipano, destacando sua importância regional e o papel dos Governos Lula e Dilma na interiorização do ensino superior público, além de mencionar a nova estrutura financiada por emenda impositiva da bancada. Em seguida, afirmou que o dia marca uma vitória da democracia, ao destacar o início do cumprimento de pena por Jair Bolsonaro e outros envolvidos em atos golpistas, defendendo que ninguém está acima da Constituição. Por fim, ressaltou que o Supremo Tribunal Federal (STF) atuou dentro das garantias legais e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

reforçou a confiança da população no Judiciário, assegurando que crimes contra a ordem democrática não fiquem impunes.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada voltou a cobrar a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2023, que altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive suas prefeituras, durante os 10 (dez) primeiros anos da criação dessas unidades federadas; estabelece o parâmetro remuneratório para a Polícia Militar dos ex-Territórios Federais; e dá outras providências, afirmando que é “vergonhoso” que a proposta esteja parada na Câmara há mais de dois anos. Lembrou que o Senado já aprovou o texto por unanimidade e pediu sensibilidade ao Presidente Hugo Motta, que havia se comprometido a pautar a matéria ainda este ano. Por fim, disse que a demora aprofunda a injustiça com milhares de servidores que aguardam o reconhecimento de seus direitos e que não podem continuar à espera de uma medida considerada prioritária para os três Estados.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado celebrou a condenação definitiva imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a um ex-Presidente da República e a oficiais das Forças Armadas, enfatizando que o julgamento aplicou os tipos penais aprovados em 2021 para a proteção do Estado Democrático de Direito. Ademais, lembrou que os atos anteriores e posteriores à posse do Presidente Lula revelaram articulações para golpear a democracia. Ao final, destacou que durante as investigações e o processo penal foram garantidos o contraditório, ampla defesa e que os crimes praticados foram comprovados.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada celebrou o trânsito em julgado da condenação do ex-Presidente Bolsonaro, ressaltando que ele passa a cumprir 27 anos de prisão e que também foram presos militares como o General Augusto Heleno, o ex-Ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira e o Almirante Almir Garnier, condenados pela tentativa de golpe. Ademais, destacou que as instituições permaneceram firmes e preservaram a democracia.

Mauricio do Vôlei (PL - MG) - O Deputado criticou Parlamentares de Esquerda por comemorarem a prisão do ex-Presidente Bolsonaro e de seus apoiadores, classificando as condenações como injustas uma vez que não houve golpe. Ademais, declarou que tal injustiça entregaria à Direita as eleições do próximo ano, tanto para a Presidência da República quanto para o Senado Federal. Ao final, afirmou que aqueles que prejudicaram o ex-Presidente Bolsonaro serão responsabilizados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado destacou a aprovação unânime pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 44, de 2023, que altera o art. 166 da Constituição Federal e acrescenta o art. 138 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para destinar parte dos recursos das emendas individuais e de bancadas estaduais e do orçamento da União a ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres. Esclareceu ainda que a PEC destina 9 bilhões de reais para ações imediatas em situações de calamidade pública, permitindo que os recursos cheguem no dia seguinte ao desastre. Ao final, criticou o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por protelar a votação da proposição há mais de um ano, demonstrando desrespeito com a Câmara dos Deputados e insensibilidade diante das tragédias que afetam o País.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado criticou o Governador de Rondônia, Marcos Rocha, por encaminhar à Assembleia Legislativa a Mensagem nº 269/2025, que solicita crédito suplementar de 40 milhões de reais provenientes do Fundo Proleite, afirmando que o recurso, destinado aos produtores de leite, seria usado para pagar folha, precatórios e dívidas do Governo Estadual. Ademais, defendeu que o fundo seja aplicado em assistência técnica, equipamentos e melhorias para o setor leiteiro. Ao final, anunciou que irá requerer documentos contábeis para garantir transparência.

ORDEM DO DIA

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado contestou a notícia falsa segundo a qual o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Presidente Lula, defenderia a assistolia fetal após a 22ª semana de gestação. Esclareceu que o seu parecer não amplia o aborto, reafirma que o Código Penal o tipifica como crime, protege juridicamente o nascituro e veda que qualquer órgão altere essa proteção sem lei aprovada pelo Congresso Nacional. Ao final, lamentou que Deputados da bancada evangélica tivessem difundido a notícia falsa e reforçou o compromisso com a vida do Advogado-Geral da União.

Miguel Lombardi (PL - SP) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, dos Vereadores Fred da Ambulância, Rodrigo Pit e Thales, que vieram reivindicar recursos para o Município de Brotas (SP).

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a decisão política de retirar o ex-Presidente Bolsonaro da disputa eleitoral. Ademais, criticou o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que sua identificação como evangélico é conveniente e que ele não tem demonstrado solidariedade aos evangélicos presos injustamente. Ao final, afirmou que o Advogado-Geral da União segue a agenda do Presidente Lula e foi indicado para atacar os adversários do Governo Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado solicitou que o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, reveja a decisão administrativa unilateral que rompeu convênio histórico com o Amapá, sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o que elevou em 15% a 20% o preço de produtos adquiridos pelo Amapá. Ademais, destacou que a questão é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.844, na qual a Ministra Cármen Lúcia já votou contrariamente à decisão do Governador. Ao final, pediu apoio da bancada paulista para que o Governador reconsidere a medida.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada celebrou a realização da segunda Marcha Nacional das Mulheres Negras e afirmou que a mobilização evidencia que reparação e bem viver são necessidades concretas diante da permanência de estruturas racistas e patriarcais no País. Ademais, apresentou dados sobre desigualdade salarial, informalidade, feminicídio e violência institucional que atingem mulheres negras. Além disso, reiterou, como integrante da Bancada Marielle Franco, compromisso com políticas públicas de proteção, justiça climática, moradia, trabalho digno e segurança alimentar. Ao final, afirmou que seguirá atuante contra as desigualdades de gênero e raça.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado manifestou solidariedade ao Deputado Delegado Ramagem, afirmando que ele possui carreira respeitada na Polícia Federal e que está sofrendo perseguição. Ademais, criticou a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, que determinou a perda de seu mandato, defendendo que a Câmara dos Deputados a rejeite. Ao final, afirmou que o Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, age alinhado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou questão de ordem para contestar a legalidade do afastamento do Deputado Alexandre Ramagem do território nacional e a validade de seu voto remoto em sessão deliberativa. Alegou que o Parlamentar está foragido nos Estados Unidos, descumprindo decisão judicial que proibia sua saída do País, e que não comunicou previamente seu afastamento à Casa. Ao final, pediu esclarecimentos sobre o fundamento que permitiu validar sua presença e seu voto, bem como as providências que a Mesa adotará diante da situação.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado apresentou questão de ordem para cobrar a inclusão, na pauta do Plenário, da decisão do Conselho de Ética que condenou o Deputado Glauber Braga, ressaltando que o envio à Mesa Diretora ocorreu há mais de 60 dias e que a demora viola o rito regimental, a celeridade e a segurança jurídica. Ademais, criticou o Deputado Glauber e Parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) por agressões e ataques reiterados a colegas e à Casa. Ao final, defendeu que o Plenário delibere imediatamente sobre a decisão do Conselho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta para o Projeto de Lei nº 238, de 2019, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso. Ademais, criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) por consumir um golpe ao prender, de forma ilegal e inconstitucional, pessoas inocentes, inclusive militares. Defendeu que a Câmara dos Deputados aprove o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata da anistia para os envolvidos nos eventos de 8 de janeiro de 2023 e elogiou o Relator, Deputado Paulinho da Força. Além disso, manifestou solidariedade ao Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta, por sofrer ataques de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao final, pediu que a anistia seja pautada para pacificar o País.

Arthur Oliveira Maia (UNIÃO - BA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta para o Projeto de Lei nº 238, de 2019, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.

Arthur Oliveira Maia (UNIÃO - BA) - O Deputado defendeu a aprovação do requerimento de preferência para o Projeto de Lei (PL) nº 1.496, de 2021, do Senado Federal, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal, em relação ao Projeto de Lei nº 238, de 2019, do Deputado Júnior Ferrari, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso. Além disso, sustentou que o PL nº 1.496, de 2021, já se encontra em estágio mais avançado de tramitação legislativa e, portanto, sua aprovação aceleraria a implementação da matéria. Ademais, afirmou que há acordo para reapresentar o projeto mais amplo do Deputado Júnior Ferrari. Ao final, destacou que a medida fortalece o enfrentamento ao crime organizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Arthur Oliveira Maia (UNIÃO - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a condenação transitada em julgado e a prisão do ex-Presidente Bolsonaro e de seus ex-Ministros, afirmando que o País vive uma “ditadura da toga” regida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Ademais, comparou a situação brasileira a episódios de perseguição política ocorridos na Bolívia, durante o Governo Evo Morales, e no Tribunal Popular da Alemanha da década de 1930.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal. Ademais, defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, do Poder Executivo, que constitucionaliza os princípios do Sistema Único de Segurança Pública, garantindo autonomia aos órgãos de perícia e aos institutos e departamentos médico-legais.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal. Ademais, destacou a autoria da proposição da Senadora Leila Barros, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado registrou a satisfação da Federação PSOL REDE com o avanço judicial relacionado ao responsável por articular um golpe contra a democracia. Em seguida, destacou que o Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, trouxe melhorias ao sistema de justiça., promovendo a coleta de material genético de forma indolor, reduzindo o risco de erros decorrentes de reconhecimentos fotográficos. Assinalou também que a proposta valorizou o trabalho do perito criminal, frequentemente negligenciado. Concluiu defendendo o fortalecimento das instituições democráticas e a rejeição de práticas golpistas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal. Além disso, declarou que a Suprema Corte acionou a Câmara para oficializar a cassação do Deputado Delegado Ramagem e afirmou que a decisão contrariou deliberação anterior da Casa, que havia sustado o processo. Recordou que a Câmara aprovou a sustação por ampla maioria e citou o Artigo 53, §3º, para questionar a validade da acusação. Ademais, afirmou que o episódio representou interferência sobre o Congresso e criticou a falta de reação institucional. Encerrou dizendo que a situação expôs constrangimento ao Legislativo.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 1.496, de 2021, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para dispor sobre a obtenção do perfil genético na identificação criminal. Em seguida, contestou um pronunciamento de um Deputado da Esquerda que celebrou a democracia. Afirmou que o cenário atual inclui perseguição à Oposição, citando Parlamentares que precisaram se afastar do País para evitar prisões. Declarou ainda que o Judiciário foi utilizado como instrumento de perseguição política e criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes, apontando desrespeito à Constituição e às decisões do Congresso. Também mencionou a situação do ex-Presidente Bolsonaro e comparou seu caso ao de outras lideranças políticas.

BREVES COMUNICAÇÕES

Mauricio Neves (PP - SP) - O Deputado parabenizou o Presidente Hugo Motta pela condução das votações e pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, o chamado Projeto Antifacção, que classificou como uma grande vitória obtida na semana anterior. Aproveitou para cumprimentar duas lideranças de São Paulo: a Prefeita Bárbara, de Presidente Venceslau (SP), e o Vice-Prefeito Rogerinho, de Marília (SP).

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado solicitou à Presidência a instalação da Comissão Especial destinada a discutir as mudanças propostas pelo Governo na Carteira Nacional de Habilitação. Destacou que o tema envolve diretamente as autoescolas, que aguardam o início dos trabalhos do órgão para participar do debate. Ademais, manifestou interesse em integrar a Comissão e reforçou a importância de abrir o diálogo na Casa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que a Câmara voltou a ser alvo de ataques do Governo Federal, citando declarações do Presidente Lula após a votação de matéria relacionada ao combate ao crime organizado. Nesse sentido, afirmou que o Chefe do Poder Executivo tratou traficantes como vítimas e acusou, de forma falsa, a Presidência da Casa e os Parlamentares, ao declarar que havia intenção de retirar recursos e competências da Polícia Federal. Por fim, classificou as críticas como desonestas e reiterou que o debate foi distorcido pelo Governo.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado se dirigiu ao Deputado Cabo Gilberto Silva, afirmando que uma decisão judicial havia transitado em julgado e que deveria ser cumprida. Esclareceu também que o caso do Deputado Alexandre Ramagem dizia respeito a crimes atribuídos a período anterior ao exercício do mandato, e que a atuação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal no caso seguiu determinação da própria Câmara. Além disso, criticou reiteradas manifestações da Oposição e afirmou que parte dos Parlamentares deveria direcionar apoio a suas lideranças fora do Parlamento, mencionando Bolsonaro e Anderson Torres. Concluiu pedindo que cessassem as reclamações no Plenário.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o dia marcou um momento relevante para a história do País, lembrando que o Brasil acumulou ciclos de autoritarismo, golpes e tentativas de enfraquecer a democracia. Resgatou o passado colonial, imperial e republicano para destacar que períodos democráticos foram exceção. Também observou que Bolsonaro chegou legitimamente ao poder, mas não respeitou a transição ao sucessor. Ressaltou que o início do cumprimento de pena, após amplo direito de defesa, por quem atentou contra o Estado Democrático de Direito representou um avanço institucional. Ademais, mencionou investigações recentes envolvendo lideranças políticas e reforçou a necessidade de enfrentar vínculos com o crime organizado. Concluiu celebrando a República.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado reagiu ao discurso de um Parlamentar do PT, afirmando que ele teria agido de forma desrespeitosa com a Deputada Julia Zanatta em um aeroporto. Disse que o comportamento teria sido dirigido contra uma mulher e desafiou o Parlamentar a repetir as mesmas palavras perante ele. Declarou que Bolsonaro estava preso por crimes que atribuiu aos adversários políticos e criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes. Afirmou que acusações reiteradas buscariam inverter responsabilidades e concluiu com críticas à postura que classificou como covarde.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado afirmou que o País viveu um momento de vergonha com a prisão do ex-Presidente Bolsonaro e de outras figuras que classificou como exemplos de patriotismo. Disse que houve golpe quando Lula foi descondenado, quando o Supremo Tribunal Federal limitou ações de campanha e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

quando cidadãos indignados foram perseguidos. Criticou o Governo por conduzir o País a um “narcoestado” e citou episódios envolvendo a COP30, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a família do Presidente e a educação. Declarou que a ênfase na prisão de Bolsonaro teria o objetivo de ocultar problemas do Governo e concluiu dizendo que a Direita sairia fortalecida.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado informou que o Senado aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 120 e garante aposentadoria digna aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Destacou a iniciativa do Senador Davi Alcolumbre e o trabalho do Senador Veneziano Vital do Rêgo, autor da proposta. Parabenizou ainda a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs), representada por sua Presidente, pela articulação que viabilizou a aprovação unânime no Senado. Ao finalizar, expressou expectativa de que a Câmara acompanhasse a decisão dos Senadores ao analisar o projeto.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado respondeu às provocações dirigidas ao PT e criticou o uso da sigla para associar o partido ao tráfico. Mencionou episódios envolvendo drogas em aeronaves oficiais durante o Governo Bolsonaro, além de casos relacionados a Parlamentares do PL, para contestar as acusações recebidas. Citou ainda a prisão de um Vereador em São João de Meriti (RJ) e lembrou denúncias envolvendo joias e outros escândalos atribuídos ao ex-Presidente. Afirmou que não retribuiria as ofensas, mas classificou as declarações da Oposição como desrespeitosas e ofensivas, pedindo mais responsabilidade no debate.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada saudou os representantes dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) presentes e destacou a mobilização das mulheres negras. Em seguida, afirmou que o Brasil concluiu uma etapa decisiva ao responsabilizar os articuladores do golpe, citando as prisões de ex-integrantes do Governo Bolsonaro. Disse que a decisão judicial simbolizou a defesa da Constituição e das instituições. Recordou o impacto do negacionismo durante a pandemia e afirmou que o País se reergueu com políticas que reduziram a miséria. Ademais, criticou a permanência de Parlamentares foragidos ou condenados com prerrogativas mantidas e defendeu que a Câmara não pode ser espaço de impunidade. Concluiu convocando o Plenário a reafirmar a democracia e rejeitar a política do ódio.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou declarações de Liderança do PT, ressaltando que o Brasil possui o menor salário mínimo da América do Sul, comparando-o com Paraguai e Equador. Em seguida, listou uma série de casos de corrupção e escândalos atribuídos ao PT, incluindo mensalão, petrolão, escândalos envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), fundos de pensão, grandes obras, empresas estatais e figuras políticas, como Lula e Dilma.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado afirmou que o Parlamento se distanciou da população e declarou que grande parte dos problemas enfrentados pelo País decorreu das escolhas do eleitorado. Criticou o PT, o Presidente Lula e o STF, citando a perda de mandato de um Deputado por decisão judicial e a prisão de militares. Disse que seus processos tinham origem em declarações públicas e rejeitou acusações contra familiares. Defendeu que a mudança necessária no Brasil depende da responsabilidade individual, não apenas de reformas institucionais. Também questionou a ausência de pautas como a anistia e alegou que a Câmara estaria sob pressão de outro Poder.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado afirmou que o Governo tentou desmontar o sistema de autoescolas no País, classificando a medida como precipitada e sem diálogo. Destacou que o setor abrangia mais de 12 mil empresas, gerava cerca de 300 mil empregos e contribuía com tributos significativos. Defendeu o Projeto de Lei nº 5.300, de 2025, que condicionava qualquer alteração na obrigatoriedade das autoescolas à aprovação da Câmara. Ao final, apelou ao Presidente Hugo Motta para pautar a proposta e evitar que decisões unilaterais afetassem a segurança no trânsito e a economia.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada destacou que esteve ao lado de trabalhadores de vários Estados em defesa das autoescolas do Brasil. Afirmou que o dia marcou um avanço para a democracia, ao mencionar a prisão do ex-Presidente Bolsonaro e de outros envolvidos em atos golpistas. Também anunciou a sanção do Projeto de lei nº 1.087, de 2025, que isentou do Imposto de Renda quem recebeu até 5 mil reais e criou faixas de desconto para rendas até 7.350 reais, cumprindo promessa de campanha. Encerrou saudando a marcha das mulheres negras em Brasília, que defendeu justiça, reparação e o direito ao bem viver.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada parabenizou a nova Diretoria da Associação dos Pecuaristas de Ariquemes (RO), responsável pela Expoari, considerada uma das maiores festas agropecuárias da Região Norte e motivo de orgulho para Ariquemes, o Vale do Jamari e todo o Estado de Rondônia. Destacou a quinta reeleição do Presidente da entidade, Dr. Antônio Henrique Duran, cuja liderança foi associada à seriedade, visão e dedicação ao agronegócio. Também ressaltou que a Diretoria manteve um trabalho de inovação e fortalecimento do setor produtivo, contribuindo para um evento que valorizou Rondônia e o Brasil.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado declarou que apoiou a manutenção das autoescolas e ressaltou o trabalho dos profissionais do setor. Criticou o Presidente da República e afirmou que não apoiaria “ladrão”. Reagiu às prisões de generais do Exército, citando o General Heleno. Acusou o comandante do Exército de omissão e de cumplicidade com decisões do Judiciário, utilizando termos ofensivos ao criticá-lo. Também disse discordar da atuação da Polícia Federal sob a atual direção e defendeu que a condução de militares



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

deveria caber à polícia do Exército. Por fim, manifestou preocupação sobre a capacidade de liderança das Forças Armadas diante da situação política.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado reafirmou sua posição contrária à proposta de extinguir as autoescolas no País, classificando a medida como um risco à segurança no trânsito. Defendeu que a formação de motoristas teve valor social, ao reduzir acidentes e garantir qualificação adequada. Afirmou que o debate não deveria se concentrar no custo do serviço, mas na importância da educação para o trânsito. Por fim, sugeriu reduzir taxas e impostos, mas rejeitou qualquer iniciativa que eliminasse a obrigatoriedade da formação profissional.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado destacou a presença do Subtenente Eliabe, Vereador de Natal (RN) pelo PL, descrevendo-o como um aliado de longa data e reconhecido pelas lutas da categoria dos bombeiros militares no Rio Grande do Norte. Informou que o Vereador esteve na Câmara Federal em busca de recursos para a capital potiguar, reforçando a parceria institucional. Encerrou com uma saudação e votos de êxito ao visitante, que também atua como Vice-Presidente da associação que representa subtenentes e sargentos policiais e bombeiros estaduais.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado dirigiu-se às autoescolas presentes em Brasília e afirmou que o setor buscava apenas condições de trabalho para continuar desempenhando seu papel na formação de motoristas. Destacou que as autoescolas foram responsáveis por ampliar oportunidades de emprego e garantir educação para o trânsito, mas enfrentaram fechamento de unidades e dificuldades que atribuiu a decisões do Governo Federal. Também pediu ao Presidente da Câmara a instalação da Comissão Especial sobre o tema e registrou apoio de diversos Deputados à manutenção do modelo atual. Por fim, mencionou a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de generais, defendendo a pauta da anistia.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado registrou a presença do Vereador Dr. Veleda, de São Luiz Gonzaga (RS), e do Vereador Professor Kleiton, de Alvorada (RS), que estiveram em Brasília em articulações junto a Ministérios e acompanhando os trabalhos da Câmara. Destacou que ambos participarão da cerimônia em que o Presidente Lula sancionará o Projeto de lei nº 1.087, de 2025, aprovado pelo Congresso que isentou do Imposto de Renda trabalhadores com renda de até 5 mil reais. Ressaltou que a medida ampliaria o poder de compra e impulsionaria a economia local.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado reafirmou apoio às autoescolas e elogiou a atuação do Deputado Coronel Meira na defesa do setor. Declarou solidariedade ao ex-Presidente Jair Bolsonaro,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

afirmando que sua prisão ocorreu de forma injusta e sem provas, segundo sua avaliação. Criticou decisões do Judiciário, especialmente do Ministro Alexandre de Moraes, e mencionou casos que considerou violações de direitos. Também comentou a prisão de generais, citando o General Heleno, e avaliou como fraca a postura do atual comandante do Exército. Ao final, defendeu a necessidade de pautar uma anistia geral para pessoas investigadas nos atos de 8 de janeiro, alegando haver prisões de inocentes.

Zé Haroldo Cathedral (PSD - RR) - O Deputado apresentou a Vereadora Carol Dantas, de Boa Vista (RR), que esteve em Brasília em busca de recursos para a capital de Roraima e em articulações junto a Ministérios. Destacou que a Vereadora atuou além das atribuições habituais, defendendo, entre outras pautas, a importância da BR-319 para a região Norte. Por fim, afirmou que continuará oferecendo apoio ao trabalho desenvolvido por ela na Câmara Municipal e registrou reconhecimento pelo desempenho da Parlamentar em Boa Vista.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado registrou apoio às demandas das autoescolas e parabenizou a participação na 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada dez anos após a primeira edição. Destacou que o Presidente Lula sancionaria a lei que isentou do Imposto de Renda trabalhadores com renda de até 5 mil reais e reduziu a tributação para quem recebia até 7.350 reais, além de iniciar a taxaço dos super-ricos. Também afirmou que o dia marcou o início do cumprimento da pena de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado, citando também a prisão de militares envolvidos. Por fim, criticou a atuação do ex-Presidente, classificou como escândalo a situação de Deputados foragidos e defendeu a responsabilização de todos os envolvidos em crimes contra a democracia.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada registrou a presença de representantes das autoescolas na Câmara e ressaltou a relevância do tema para o setor. Destacou que o debate resultou do trabalho da frente liderada pelo Deputado Meira e de outros Parlamentares, e fez apelo ao Governo e ao Presidente Hugo Motta para apoiar a criação de uma Comissão Especial que permitisse uma discussão ampla. Também lembrou que a aprovação da CNH Social indicou que havia espaço para avanços sem prejudicar categorias.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado registrou nos canais de comunicação da Câmara a presença do Subsecretário de Comando e Controle do Rio de Janeiro, Coronel Sylvio Guerra. Destacou que o coronel desempenhou trabalho reconhecido no Estado ao longo dos anos e afirmou que sua atuação honrava o legado de seu pai, que também integrou a Polícia Militar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado afirmou que o avanço das investigações sobre a tentativa de golpe de 8 de janeiro marcou uma vitória da democracia. Destacou que o processo conduzido pelo Supremo Tribunal Federal ocorreu dentro da legalidade e resultou na prisão de Jair Bolsonaro, do General Heleno e de outros envolvidos. Relembrou sua própria prisão, em 1977, durante a ditadura, quando estudantes tentaram reorganizar a UNE, para ilustrar a importância da responsabilização por crimes contra a democracia. Também defendeu que o Congresso se dedicasse agora às pautas sociais, como o fim da escala de 6 por 1, a regulamentação das plataformas digitais, a reforma tributária sobre renda e o combate às renúncias fiscais. Por fim, ressaltou a relevância do projeto que isentou do Imposto de Renda quem recebia até 5 mil reais.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado relatou os impactos das fortes chuvas que atingiram Araci (BA) em 19 de dezembro, quando mais de 150 milímetros precipitaram em poucas horas e provocaram alagamentos em diversos bairros. Expressou solidariedade à população e à Prefeita Keinha, que iniciou ações imediatas para apoiar as famílias afetadas. Destacou a visita do Governador Jerônimo Rodrigues, que autorizou estudos para obras de drenagem e observou de perto os danos. Também afirmou que seu mandato está à disposição do Município, mencionou reuniões com a Defesa Civil para garantir apoio federal e informou que destinará emendas para reforçar os recursos destinados à reconstrução e prevenção de novos alagamentos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado registrou crítica ao Judiciário, afirmando que o País vive um cenário de instabilidade institucional e jurídica. Citou decisões do Supremo Tribunal Federal e classificou como injustas as condenações relacionadas aos atos de 8 de janeiro. Mencionou casos de réus que, segundo ele, foram liberados pela Corte, enquanto apoiadores do ex-Presidente Bolsonaro receberam punições consideradas abusivas. Também expressou solidariedade a Jair Bolsonaro, a Alexandre Ramagem e a outros investigados.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado declarou ter citado o texto bíblico de Efésios para contextualizar sua crítica ao que descreveu como perseguição global a cristãos, mencionando episódios na Europa, no Oriente e na Ásia. Afirmou que práticas de restrição religiosa teriam alcançado o Brasil, ao citar proibições de vigílias e correntes de oração. Expressou solidariedade ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e à sua família, classificando o momento como político, moral e espiritual. Também afirmou que tentativas de destruir a reputação do ex-Presidente seriam percebidas pela população e concluiu pedindo conforto divino à família Bolsonaro.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado registrou homenagem a Antônio Geraldo Gobbi, produtor rural capixaba falecido no final de semana. Destacou que Gobbi nasceu em Castelo (ES) e se tornou referência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

nacional na produção de tomate de mesa, impulsionando tecnologia, inovação e produtividade no setor. Ressaltou que mais de mil pessoas dependiam economicamente de seu trabalho e que sua atuação marcou diversos Municípios da região, como Venda Nova do Imigrante (ES), Afonso Cláudio (ES), Domingos Martins (ES) e Castelo. Por fim, expressou gratidão à família e agradeceu às instituições de saúde que o atenderam.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado defendeu a aprovação de uma anistia para aliados do ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que o mecanismo seria essencial para pacificar o País e corrigir injustiças. Acusou o Ministro Alexandre de Moraes de conduzir processos ilegais e de perseguir adversários, citando a condenação de Bolsonaro e a situação de Parlamentares foragidos ou processados. Também criticou o Senado por não avançar com um *impeachment* do Ministro. Ao final, relatou conversa com o Presidente da Câmara, Hugo Motta, a quem pediu postura de estadista e resistência a pressões políticas e judiciais para não pautar a anistia.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado relatou que vinha cobrando do Governo Federal a disponibilização da vacina contra a bronquiolite, destacando sua importância para gestantes e bebês e afirmando que o imunizante era moderno, eficaz e capaz de transferir imunidade ao recém-nascido. Informou que o Governo havia iniciado a distribuição da vacina para gestantes pelo SUS, com 2 milhões de doses e investimento de 1,17 bilhão de reais. Por fim, destacou que a imunização protegeria mães e bebês, evitando casos de pneumonia, e celebrou a medida por considerar que vacinas salvam vidas.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado homenageou o Vereador Sargento Romanha, de Linhares (ES), destacando sua atuação como policial militar e parlamentar. Elogiou a Polícia Militar do Espírito Santo, afirmando que é uma corporação combativa e respeitada, e expressou a expectativa de que Romanha chegue à Assembleia Legislativa em 2027. Concluiu saudando a cidade de Linhares e reiterando o apoio à pauta da anistia.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada expressou preocupação com o que considerou um precedente perigoso aberto após a prisão do ex-Presidente Bolsonaro. Afirmou que o Ministro Alexandre de Moraes teria tratado uma vigília religiosa como ato criminoso, o que, em sua visão, ameaça a liberdade de culto, reunião e manifestações pacíficas. Manifestou ainda solidariedade à família Bolsonaro, especialmente a Michelle Bolsonaro, e advertiu que a decisão do Supremo Tribunal Federal poderia levar à criminalização de práticas religiosas. Concluiu dizendo que continuará defendendo a participação dos cristãos na política e alertou que o episódio representa um risco de censura futura dentro das igrejas e nas ruas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada afirmou que o dia marcou um momento histórico para o País, celebrando o que considerou a realização da justiça após uma tentativa de golpe articulada por Bolsonaro e seus aliados. Destacou a prisão de generais e ex-ministros, classificando-a como uma vitória das resistências democráticas, especialmente de movimentos como o *Ele Não*, o Tsunami da Educação e as mobilizações contra o Projeto de Lei da Anistia. Ressaltou ainda que Bolsonaro foi condenado pela tentativa de golpe e defendeu a importância da justiça de transição, lembrando que crimes da ditadura não foram devidamente punidos. Concluiu ressaltando o simbolismo de o episódio ocorrer no mesmo dia em que 300 mil mulheres negras ocuparam Brasília para reivindicar direitos.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada celebrou a aprovação, no Senado, do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, que garante aposentadoria especial aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, destacando a importância dessa categoria para o SUS. No entanto, afirmou que a comemoração veio acompanhada de angústia porque o Presidente Lula já teria anunciado que acionaria o Supremo Tribunal Federal contra o benefício. Por fim, criticou o Governo por retirar direitos dos trabalhadores enquanto gasta recursos com prioridades inadequadas.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado destacou a realização da Expo Afonso Cláudio, no Espírito Santo, ressaltando que o evento reuniu *shows* nacionais, setor agro, comércio local e instituições do terceiro setor. Elogiou especialmente a atuação da Apae de Afonso Cláudio, que utilizou um estande para arrecadar recursos para seu trabalho junto às famílias atendidas. Reconheceu também o empenho do Prefeito Luciano Pimenta e do Vice-Prefeito, mencionando os esforços deles pelo desenvolvimento do Município.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado afirmou que o dia era histórico não apenas pela prisão de Jair Bolsonaro, mas porque, em sua visão, representava o fim da impunidade e da tutela militar no País, com tudo ocorrendo dentro do devido processo legal. Criticou o governo Bolsonaro, classificando-o como o mais patético da história, e relembrou falas e ações do ex-Presidente que atentaram contra a democracia e contra diversos grupos sociais. Mencionou sua própria trajetória de resistência à ditadura e declarou que não busca vingança, mas justiça e fortalecimento da democracia. Por fim, celebrou a condenação de generais e aliados de Bolsonaro por tentativa de golpe, defendendo que aqueles que atacam a democracia não servem para governar o Brasil.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado criticou o Ministro Alexandre de Moraes, dizendo que ele age com abuso de autoridade, desrespeita a Constituição e promove perseguição política e religiosa. Afirmou que a prisão preventiva de Jair Bolsonaro foi absurda, pois ele já estava sob vigilância policial, e classificou a decisão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

como arbitrária. Disse ainda que Bolsonaro é um homem doente e que deveria cumprir pena no Exército, conforme a lei, e não na Polícia Federal. Alegou também que centenas de pessoas foram injustamente condenadas sem direito de defesa e afirmou que o Brasil vive uma ditadura. Concluiu pedindo a votação imediata do Projeto de Lei da Anistia como forma de reação.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou uma Deputada da base do Governo por pedir que o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, sobre a anistia não seja pautado, afirmando que isso contraria a democracia e que o projeto, cuja a urgência foi aprovada, segue parado por interferência do Supremo Tribunal Federal e do Executivo. Fez um apelo ao Presidente Hugo Motta para que a proposta seja pautada. Por fim, parabenizou a Associação Comercial de Nova Friburgo pela realização do evento Black Braune, que ocorrerá nos dias 27, 28 e 29 e deve estimular a economia e o turismo local.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que a Suprema Corte estaria, na prática, “fechando” a Câmara dos Deputados ao desrespeitar suas prerrogativas. Citou os casos da Deputada Carla Zambelli, do Deputado Eduardo Bolsonaro e do Deputado Delegado Ragem como exemplos de perseguição ou decisões judiciais que ignorariam a vontade do Parlamento. Criticou o Supremo por supostamente rasgar a Constituição, especialmente o art. 53, § 3º, ao declarar a perda de mandato de parlamentar, e concluiu que isso representa desmoralização da Câmara, ameaça ao Estado de Direito e risco de fechamento do Congresso Nacional.

Eriberto Medeiros (PSB - PE) - O Deputado prestou homenagem ao ex-Governador de Pernambuco Paulo Câmara por sua gestão à frente do Banco do Nordeste desde 2023, destacando resultados recorde em crédito que impulsionaram empregos, renda e investimentos na região. Ressaltou o apoio reforçado a micro e pequenos empreendedores, a expansão dos programas Crediamigo e Agroamigo e a atuação intensa no Semiárido, com mais de R\$ 28 bilhões aplicados. Por último, afirmou que Paulo Câmara deixou um legado de planejamento eficiente, sensibilidade social e compromisso com o desenvolvimento regional, e desejou sucesso em seus próximos passos.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada criticou a prisão de Jair Bolsonaro, classificando-a como injusta, covarde e motivada por perseguição política, e afirmou que houve diversas violações de direitos e irregularidades processuais. Defendeu que a anistia ampla, geral e irrestrita é urgente para restabelecer justiça e paz no País. Por fim, afirmou que a medida deve alcançar os presos do 8 de Janeiro, Bolsonaro e outros nomes que considera perseguidos, e fez um apelo ao Presidente Hugo Motta para que o projeto seja pautado imediatamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada destacou o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher e alertou para o grave cenário em Mato Grosso, onde já houve 51 feminicídios em 2025, média de um por semana. Lembrou que foi Relatora do pacote antifeminicídio, que elevou a pena máxima a 40 anos, mas afirmou que o problema exige ações mais amplas: políticas públicas eficazes, educação para igualdade, punição rigorosa aos agressores e fortalecimento das redes de apoio. Por fim, ressaltou que a violência atinge mulheres de todas as condições e que romper o silêncio é um ato de coragem que deve ser acolhido pelo Estado e pela sociedade.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu os aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, afirmando que eles sustentaram o País e hoje são desrespeitados. Lembrou que, desde a pandemia, lutou pela antecipação do 13º salário e pediu agora uma nova antecipação, de maio para janeiro, como forma de compensação. Também criticou a longa fila do INSS, que hoje atinge 2,8 milhões de pessoas, atribuindo o problema à redução drástica do número de servidores e à falta de concursos. E por fim, cobrou a nomeação de aprovados, a contratação de terceirizados e melhores condições de atendimento, enfatizando que é impossível prestar um serviço digno com agências praticamente vazias.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado apoiou a retirada das barricadas impostas pelo crime organizado no Rio de Janeiro, mas criticou a condução da operação pelo Governo do Estado, alertando para o risco aos operadores de retroscavadeiras não blindadas, que poderiam ser alvos de criminosos. Afirmou que já haviam ocorrido ataques semelhantes, denunciou possíveis acordos entre autoridades e facções e condenou o que chamou de "*reality show*" do Governador, acusando-o de expor policiais e usar o tema para autopromoção política.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado reafirmou seu repúdio ao que considerava injustiças e perseguições políticas no País, usando o caso do Presidente Bolsonaro como símbolo de um conjunto maior de situações semelhantes. Defendeu que a anistia não era apenas uma questão de justiça, mas uma necessidade urgente para encerrar um processo que gerou perdas irreparáveis a centenas de pessoas. Criticou também o Congresso por, ao longo dos anos, ter permitido o avanço de decisões que colocaram um Poder acima dos outros e violaram garantias constitucionais. Disse ainda que o Brasil já vivia uma ditadura e conclamou a Câmara a dar uma resposta rápida aprovando a anistia, reiterando que essa era a principal pauta dos conservadores e do Partido Liberal.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado denunciou que o Governador Jerônimo Rodrigues havia enviado à Assembleia Legislativa da Bahia um projeto de criação de um código de ética para policiais e bombeiros



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

militares que representava censura, perseguição e violações de direitos. Afirmou que o texto permitia cassar proventos de militares já na reserva, afastá-los preventivamente por sindicância por até 90 dias e até suspender seus salários, medidas que considerou abusivas e inexistentes em outras categorias. Criticou também a falta de diálogo com associações e Parlamentares e convocou policiais e bombeiros para comparecerem à Assembleia, para denunciar publicamente o que chamou de desmandos e tentativas de silenciamento.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado afirmou ver coincidências simbólicas na multa de 22 milhões aplicada ao PL e na prisão de Bolsonaro no dia 22, interpretando esses fatos como sinais de uma suposta “ditadura do Judiciário”. Declarou acreditar que, no tempo de Deus, a verdadeira justiça prevaleceria e que a sociedade ainda reconheceria o 8 de janeiro e a narrativa de golpe como farsas.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que a COP30, realizada em Belém, representou uma oportunidade histórica desperdiçada, encerrando-se sem avanços concretos, metas claras ou compromissos reais para enfrentar as mudanças climáticas. Afirmou também que o evento se limitou a discursos vazios e declarações genéricas, sem progressos na eliminação de combustíveis fósseis, na transição energética ou no financiamento climático, evidenciando desperdício de recursos e falta de liderança do governo brasileiro. Concluiu apelando para que o fracasso sirva de alerta e defendeu que o Brasil assumira papel de liderança nas próximas conferências, com mais responsabilidade, pragmatismo e ação efetiva diante da urgência climática.

Roberta Roma (PL - BA) - A Deputada destacou a importância do agronegócio brasileiro, especialmente o da Bahia, ressaltando sua força econômica, cultural e social, bem como sua contribuição para o PIB, para as exportações e para a geração de empregos. Afirmou ainda que o agro é sustentável, inovador e essencial tanto no grande quanto no pequeno produtor, defendendo mais crédito, assistência técnica, infraestrutura e menos burocracia, sobretudo para a agricultura familiar, que representa a maioria dos estabelecimentos rurais baianos. Enfatizou também o papel crescente das mulheres no campo e a necessidade de políticas específicas para seu fortalecimento. Por fim, apelou para que o Parlamento garanta segurança jurídica, melhores condições de produção e incentivos à modernização do agronegócio.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes na condução de processo contra Jair Bolsonaro, argumentando que a cogitação sobre prisão preventiva viola o devido processo legal e a presunção de inocência. Apontou a interpretação de uma vigília de orações como plano de fuga, bem como a substituição de tornozeleira eletrônica, como construção de ficção para justificar medida desproporcional. Ressaltou ainda que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) exige



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

elementos concretos para demonstrar risco de fuga e que a vigilância policial constante torna materialmente impossível qualquer evasão. Além disso, destacou que a prisão preventiva é medida excepcional que demanda fundamentação robusta e que sua aplicação contra pessoa em condição de saúde debilitada atenta contra a dignidade humana e o princípio da proporcionalidade. Por fim, alertou que transformar o processo em palco para punitivismo midiático aprofunda divisões e compromete a pacificação nacional, minando a confiança na justiça.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado abordou a persistência da desigualdade e da pobreza no Brasil como fenômeno estrutural que compromete oportunidades e impede acesso a vida digna. Assinalou que em 2024 estimativas indicaram concentração de 63% da riqueza nacional nas mãos de apenas 1% da população, evidenciando distância social profunda e crescente. Apontou ainda que a desigualdade alimenta um círculo vicioso no qual a pobreza gera fome, a fome prejudica o desenvolvimento escolar, a evasão reduz o capital humano e a desigualdade se intensifica, com taxas de evasão no Ensino Médio alcançando 7,3% entre meninos e 4,5% entre meninas. Além disso, ressaltou que o Brasil precisa romper esse ciclo por meio de ação estatal contínua e articulada, com fortalecimento de programas de transferência de renda, ampliação de iniciativas de segurança alimentar e aperfeiçoamento de instrumentos de proteção social. Por fim, destacou que o Parlamento tem papel decisivo na formulação de leis, aprimoramento de políticas e garantia de que a proteção social, o combate à fome e a ampliação do acesso à educação de qualidade sejam prioridades efetivas do Estado.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado abordou a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais como marco importante que devolve dignidade e previsibilidade a milhões de trabalhadores e famílias brasileiras. Exemplificou que um professor com rendimento de 3.800 reais, uma enfermeira com 4.200 e um policial civil com 4.500 reais deixam de ser tratados como privilegiados e passam a ser reconhecidos como cidadãos produtivos. Ressaltou ainda que o Parlamento construiu um texto que preserva a progressividade, protege os mais vulneráveis e devolve poder de compra sem estimular irresponsabilidade fiscal. Destacou também que a medida não deve ser ponto final, mas ponto de partida para uma política tributária estável e previsível que não transforme o trabalhador assalariado em refém do calendário eleitoral. Além disso, afirmou que o Tocantins é feito de empreendedores, servidores públicos e pequenos produtores rurais que não pedem privilégios, mas apenas que o Estado pare de tratá-los como fonte inesgotável de arrecadação. Por fim, evidenciou que o importante é o impacto real no bolso de cada brasileiro e que a Casa continuará vigilante para assegurar que o Brasil real não seja esquecido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a prisão de um ex-Presidente da República, argumentando que a decisão carece de fundamentação clara e objetiva. Apontou que a imprensa noticiou a prisão como decorrente da questão da tornozeleira eletrônica, enquanto a decisão do Ministro Alexandre de Moraes dedicava apenas sete linhas ao tema em dezessete páginas, evidenciando desconexão entre a narrativa pública e os fundamentos jurídicos. Ressaltou ainda que o argumento principal da prisão baseou-se em uma vigília interpretada como preparação para fuga, o que considera subjetivo e insuficiente diante da vigilância policial constante. Além disso, questionou a coerência do sistema ao observar que investigados por corrupção bilionária permanecem soltos enquanto o ex-Presidente foi preso, apontando violação do princípio de isonomia. Assinalou que a decisão foi tomada antes de o Ministro ter todas as informações disponíveis, invertendo a lógica de que os fatos devem justificar a decisão antes de sua prolação. Por fim, alertou que a falta de clareza nas decisões judiciais corrói a confiança nas instituições e alimenta a sensação de injustiça, comprometendo a credibilidade do Estado de Direito e da democracia.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado abordou a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para o cumprimento da pena de 27 anos e 3 meses imposta ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, ressaltando que a decisão reafirma o princípio constitucional de que ninguém está acima da lei. Assinalou que a Primeira Turma do STF concluiu, de forma quase unânime, pela existência de organização criminosa com objetivo de impedir a posse do Presidente eleito e subverter o resultado das urnas, condenação construída no devido processo legal com base factual sólida. Destacou ainda que o ex-Presidente permanece inelegível até 2060 e que outros integrantes do núcleo central do golpe também tiveram o cumprimento de suas penas decretado, sem privilégios. Além disso, ressaltou que o Ministro Alexandre de Moraes afirmou não haver mais recursos cabíveis e que o ciclo jurídico chegou ao ponto necessário. Apontou que quando um País chega ao ponto de ter um ex-Chefe de Estado condenado por tentativa de golpe, as instituições funcionaram e a Constituição venceu, demonstrando maturidade democrática. Por fim, enfatizou que o Parlamento tem obrigação de aprender com esse episódio, fortalecendo a legislação de proteção democrática, e que a democracia brasileira seguirá de pé porque a sociedade não aceitará retrocessos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada abordou o diabetes como epidemia silenciosa que afeta 16 milhões de pessoas no Brasil, comprometendo a qualidade de vida de crianças, jovens, adultos e idosos, bem como gerando complicações graves como cegueira, insuficiência renal, infarto e amputações. Destacou sua atuação como relatora do Projeto de Lei nº 520, de 2021, que assegura prioridade no atendimento às pessoas com diabetes para realização de exames em jejum, solicitando inclusão na pauta do Plenário. Além disso, ressaltou a necessidade de análise do Veto nº 4, de 2025, referente ao Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, que classifica o diabetes tipo 1 como deficiência para todos os efeitos legais, equiparação justa para quem enfrenta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 257.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 25/11/2025

limitações diárias significativas. Apontou também que o Brasil precisa garantir insumos e medicamentos de qualidade, dispositivos modernos de monitoramento de glicemia e bombas de insulina, bem como investir em prevenção, educação em saúde e campanhas de conscientização. Homenageou profissionais de saúde e entidades da sociedade civil que acolhem e apoiam pessoas com diabetes e suas famílias. Por fim, convocou o Parlamento para atuação suprapartidária em prol do enfrentamento ao diabetes, destacando que cada parlamentar pode ser embaixador da conscientização em seu estado e comunidade.

ENCERRAMENTO